



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF
Tel. (61) 2028-2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo da 111ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 04 de setembro de 2013

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

A Ministra Izabella Teixeira deu início à 111ª Reunião Ordinária do CONAMA ressaltando a importância do Conselho no cenário ambiental brasileiro. Lembrou que, quando assumiu o Ministério do Meio Ambiente, o CONAMA estava enfraquecido pelo esvaziamento das discussões, principalmente pelo grande número de moções que o Conselho deliberava à época. Afirmou que ainda na pasta do Ministro Carlos Minc priorizou o fortalecimento do CONAMA, momento em que o incluiu na discussão das políticas ambientais do Governo Federal, o que resultou em maior engajamento de todos os Conselheiros com o trabalho do Conselho.

A respeito da Resolução CONAMA nº 457/2013, que dispõe sobre o Depósito e a Guarda Provisórios de Animais Silvestres, a Ministra Izabella lamentou que, apesar de a Resolução ter sido aprovada por unanimidade no CONAMA, apenas o Coronel Nomura, Conselheiro Titular pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - CNCBG, tomou a iniciativa de defender o texto aprovado. Ela afirmou que foi pessoal e diretamente atacada pela mídia, sob o argumento de que tanto ela quanto o CONAMA estavam favorecendo o tráfico de animais. Convidou todos Conselheiros a refletirem sobre o assunto no intuito de se decidir qual o melhor encaminhamento a ser dado à matéria, quer seja sua manutenção quer seja sua revisão.

A Ministra requereu aos órgãos ambientais estaduais maior empenho na defesa das normas do CONAMA, tal como a Resolução nº 457/2013. A Ministra anunciou o lançamento de três iniciativas ligadas à competência do Ministério do Meio Ambiente. A primeira trata do Programa Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-espécie, que disciplinará a edição de todas as listas de espécies ameaçadas assim como os critérios de avaliação de tais espécies; a outra se refere à instituição de um Grupo de Trabalho permanente de fauna brasileira, diretamente ligada ao meio ambiente, que terá a incumbência de rever toda a estratégia nacional da gestão de fauna; e por último, a implementação de programa a respeito de espécies invasoras no Brasil.

Izabella Teixeira ressaltou ainda a importância da aprovação da Lei que criou mil cargos de Analista Ambiental para o Ibama e ICMBio. Aproveitou a oportunidade para informar sobre o lançamento do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE pelo ICMBio, em cumprimento ao disposto na Resolução CONAMA nº 347/2004. Em atendimento ao pedido dos Conselheiros do CONAMA, a Ministra informou a realização do Seminário de Licenciamento Ambiental a ser realizado no início de outubro, em data a ser confirmada. O evento contará com a presença de todos os integrantes do CONAMA e terá como objeto a modernização do procedimento de licenciamento ambiental no Brasil.

No que se refere à pauta da 111ª Reunião do CONAMA, a Ministra Izabella Teixeira propôs o sobrestamento da proposta de Resolução que dispõe sobre Micronutrientes, tendo em vista

dissenso a respeito de pontos da proposta, o que ensejará a realização de Seminário Técnico sobre a matéria.

Quanto à Proposta de Resolução que trata do licenciamento de aqüicultura, a Ministra afirmou que a minuta em pauta está de acordo com a realidade do país e viabilizará os investimentos no setor, sem desproteger o meio ambiente.

Por fim, no que se refere à Proposta de Revisão da Resolução nº 420/2009, a Ministra Izabella Teixeira afirmou que ser favorável à prorrogação do prazo em apenas dois anos, já que o adiamento maior do cumprimento da obrigação, que é de grande relevância para a política ambiental, terminava por esvaziar o poder normativo do CONAMA.

Lembrou que a partir deste mês de setembro serão iniciados os debates internacionais sobre o objetivo do desenvolvimento sustentável e a Agenda pós 2015, sobre as discussões de padrões de consumo e desenvolvimento sustentável.

Por fim, lamentou a ausência na reunião do Conselheiro Paulo Nogueira-Neto, por motivos de saúde.

1.1. Informação do *Quorum*.

O *quorum* para a 111ª RO era de 52 Conselheiros.

2. Apresentação de novos Conselheiros

Novos Conselheiros apresentados.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 110ª Reunião Ordinária, de 22 e 23 de maio de 2013

Transcrição aprovada.

4. Tribuna Livre (15 minutos)

João Carlos de Carli (CNA): Parabenizou o Capitão Marcelo Robis F. Nassaro (CNCG) pelo livro de sua autoria, sobre a relação entre maus tratos aos animais e às pessoas, convidando a todos a participarem do lançamento que será em São Paulo no dia 16 de setembro, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional, das 18h30 às 21h.

Pedro Wilson (ANAMMA): Fez referência ao discurso da Ministra e disse que o trabalho da ANAMMA é participar cada vez mais de uma política de desenvolvimento sustentável. Solicitou acesso aos documentos que saíram da Rio +20 e seus objetivos definidos. Ressaltou a importância do diálogo com a ABEMA e parabenizou o MMA pela iniciativa em discutir os assuntos relacionados à Comissão Nacional Tripartite. Defendeu as Resoluções CONAMA nº 457/13, que dispõe sobre o Depósito e a Guarda Provisórios de Animais Silvestres, e a nº 458, que trata do licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária. Lembrou o dia da Amazônia, dia 05 de setembro, o dia do Cerrado, dia 11 de setembro, e cobrou aprovação de norma para proteger os biomas ainda desamparados.

Carlos Bocuhy (PROAM): Apresentou o evento “Água e Paz Sem Fronteiras” que ocorrerá no dia 26 de setembro, na sede da Procuradoria da República em São Paulo, e contará com representantes de diferentes países da América Latina. Parabenizou o Capitão Róbis pelo lançamento do livro.

Altamiro (IBRACE): Citou a PEC do Cerrado e criticou a não aprovação da referida Proposta de Emenda Constitucional que reflete o descaso com aquele bioma. Solicitou apoio para a sua aprovação no Congresso Nacional. Apoiou, também, a Resolução CONAMA nº 457/13.

Tadeu Santos (Sócios da Natureza): Criticou o Governo que ainda permite a construção de termelétricas a carvão na matriz energética brasileira no lugar do uso de energias renováveis e limpas. Solicitou à Ministra que esteja presente na próxima reunião para prestigiar a tribuna livre. Apresentou moção de repúdio contra as mortes e ameaças de ambientalistas e solicitou apoio ao MMA para que seja marcado novo Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas no próximo ano.

Bruno (FBCN): Dirigiu-se ao Presidente do IBAMA, Sr. Volney Zanardi, referindo-se à proposta Resolução referente ao licenciamento ambiental de estradas vicinais já apresentada ao CONAMA e não admitida pelo CIPAM. Solicitou ao Presidente da autarquia que avalie a possibilidade de apresentar ao Conselho proposta que vise regulamentar o assunto.

O Sr. Volney Zanardi informou que a Proposta envolvia questões técnicas de engenharia e que entendeu que não caberia ao IBAMA e ao CONAMA discuti-las, sugerindo, que a proposta fosse aprimorada com os Municípios e os Estados, a quem compete o licenciamento referido, para que um novo texto fosse reapresentado.

Joaquim Melo (CNS): Lembrou o Dia da Amazônia e salientou particularidades daquele bioma.

Paulo Martini (SBPC): Referiu-se às imagens do CAR entregues pela Ministra na 108ª Reunião Plenária, para o cadastramento das propriedades rurais. Informou o grau de dificuldade que as Prefeituras teriam para trabalhar com tais imagens, e que por isso, houve um trabalho no sentido de se aprimorar de uso de imagem, montando banco de uso da terra, georreferenciado. De acordo com ele, esse modelo pode auxiliar o uso das imagens cedidas pelo MMA, podendo auxiliar diversos outros Municípios.

O Secretário-Executivo Francisco Gaetani agradeceu a sugestão e informou que irá incorporar à sugestão aos demais modelos que já são estudados para o preenchimento do CAR.

José Leônidas Lima (Ministério Público Federal): Manifestou-se preocupado quanto à proposta de licenciamento de empreendimentos de energia eólica que tramita no CONAMA e apresentou posicionamento de técnica do Ministério Público, Sra. Isabel, que afirma não haver ainda conteúdo mínimo na proposta apresentada, bem como no que diz respeito aos possíveis danos da energia eólica: ruídos, interferências eletromagnéticas, impactos visuais, remoção de populações, perda de área de praia, ocupação de áreas protegidas e interferência nas correntes emigratórias de aves.

A Sra. Adriana Mandarino, Diretora do DConama, convidou a técnica que elaborou o parecer do MPF para participar da próxima reunião da CT de Controle Ambiental, na qual tramita a matéria, e apresentar suas contribuições para aperfeiçoamento da proposta.

Miguel Scarcello (SOS Amazônia): Apresentou uma lista de acontecimentos que, segundo ele, podem causar danos ambientais: a votação do PL 7.123/2010 da estrada do colono, que seria incluída na categoria estrada-parque; o projeto para exploração de gás no oeste baiano; o recente leilão para construção de usinas termelétricas no país; o corte dos recursos do Ibama e ICMBio; e os megaprojetos de infraestrutura a serem implantados na Amazônia. Defendeu, ainda, que o CONAMA não deve apenas regulamentar regras, e sim construir e aperfeiçoar a Política Nacional para uma nova economia sustentável e reiterou a solicitação de pautar no CIPAM a avaliação da execução da Política

Ambiental Brasileira. Lamentou o descaso que tem sido dado a algumas moções apresentadas e sugeriu, ainda, que os votos do Plenário sejam declarados.

O Secretário-Executivo acatou a transparência dos votos. Solicitou, ainda, que nas preparatórias, a reunião da sociedade civil seja a primeira a ocorrer. Lamentou também o corte de orçamento do Governo Federal e salientou a importância da articulação política nesses casos.

Marcílio Caron (Setor Florestal): Fez um breve relato sobre as atividades realizadas nas reuniões do Grupo formado na Comissão Tripartite Nacional. Foram realizadas duas reuniões: na primeira foi apresentado o Regimento Interno e uma proposta da União sobre as tipologias a serem licenciadas por ela. A ABEMA apresentou contraproposta, devendo o assunto voltar a ser discutido na próxima reunião. São as seguintes tipologias: usinas hidrelétricas, usinas eólicas, sistema de transmissão de energia, termelétricas, petróleo e gás natural, petróleo e gás natural não convencional, ferrovias, portos, portos fluviais lacustres, hidrovias, hidrovias e sistema de transposição de níveis e rodovias.

Coronel Nomura (CNCG): Em nome dos policiais militares ambientais, fez um histórico das discussões que levaram à Resolução CONAMA nº 457/13 e dos benefícios que a norma traz ao trabalho dos entes ambientais. Seu discurso pode ser lido na íntegra [aqui](#).

Maria Sílvia Rossi (GDF): Ressaltou a importância do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com a descentralização das gestões. Citou a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento de política pública de meio ambiente. No entanto, lamentou que, apesar da celebração de convênio entre o Governo do Distrito Federal e o MMA, não ocorreu o repasse financeiro da União ao DF para a concretização do acordo, o que tem inviabilizado a realização de inúmeras atividades. Solicitou aos representantes do MMA posicionamento institucional no intuito de facilitar algumas discussões do ordenamento territorial no entorno do DF. Por fim, solicitou que o tema seja abordado no Seminário de Licenciamento Ambiental a convergência dos instrumentos de gestão no processo do licenciamento.

O Secretário-Executivo solicitou à Diretora DCONAMA, Adriana Mandarino, que organize reunião com o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Ney Maranhão, com o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial, Adalberto Sigismundo Eberhard, e representantes da Agência Nacional de Águas para discutir o assunto.

Marcelo Oliveira de Souza (Gov. Amapá): Relatou o problema que o Estado do Amapá está enfrentando em dar seguimento ao projeto de expansão para todo o território da Internet Banda Larga. De acordo com o Conselheiro, tendo em vista que parte do projeto atravessa território indígena, o Ministério Público recomendou que o Ibama participasse do licenciamento das atividades, o que tem atrasado toda a execução.

Hassan Sohn (APROMAC): Agradeceu ao Coronel Nomura pela apresentação que fez a respeito da Resolução CONAMA nº 457/13. Ressaltou a necessidade de reforço da educação ambiental pelos órgãos do SISNAMA como forma efetiva de prevenção de crimes e infrações ambientais. Por fim, sugeriu que o relatório apresentado pelo Coronel Nomura fosse publicado no site do CONAMA para que todos possam ter conhecimento.

Bruno Manzollilo (FBCN): Apoiou a antecipação da reunião das ONGs nas preparatórias e apelou pela presença da Ministra por mais tempo durante as Reuniões Ordinárias do Conselho.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

5.1. Informação à Plenária das matérias novas admitidas pelo CIPAM, bem como as não admitidas, conforme §5º do art.12 do Regimento Interno.

Não Admitida: Processo nº 02000.002184/2012-10 Licenciamento ambiental das intervenções destinadas à construção, manutenção e pavimentação de estradas vicinais. Proponente: FBCN e MOVER.

Admitidas:

a) Processo nº 02000.001298/2013-23 – Proposta de Revisão da Resolução CONAMA nº 340/2003, que “dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a camada de ozônio”. Proponente: Ministério do Meio Ambiente.

b) Processo: 02000.001814/2013-10 – Revisão de prazo para obtenção dos Valores de Referência de Qualidade do Solo do Solo (VRQs), contido na Resolução CONAMA n.º 420/2009 (na pauta desta 111ª RO). Proponente: Ministério do Meio Ambiente.

c) Processo nº 02000.002038/2013-75 – Alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, referente ao licenciamento de aquicultura (na pauta desta 111ª RO). Proponentes: Ministério da Pesca e MMA.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência.

Aprovado o requerimento de urgência do Ministério de Minas e Energia e outros para a Proposta de Resolução que dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre e dá outras providências. A matéria tramita na Câmara Técnica de Controle Ambiental.

Sr. Tadeu dos Santos (Sócios da Natureza) apresentou Moção ao Ministério da Justiça e outros, conforme o disposto no §3º, do art. 13 do Regimento Interno do CONAMA. A tramitação excepcional da moção foi aprovada pelo plenário e seu texto foi incluído na pauta desta 111ª RO. Solicitou ainda, o retorno das discussões da produção de energia pela queima de combustíveis fósseis.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

7.1. Processo [nº 02000.002955/2004-69](#) – Uso de resíduos industriais indicados como matéria-prima para a fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados como insumo agrícola.

Proponente: ABEMA.

Procedência: 110ª Reunião Ordinária. Data: 22/05/13.

Tramitação: A matéria iniciou sua tramitação em fevereiro de 2005, na 11ª CT de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos. A 25ª CT, em 15 e 16/05/08, criou GT para discussão, dando ao Go-

verno de São Paulo a coordenação e ao Ministério da Saúde a relatoria. O trabalho do GT estendeu-se por 15 reuniões, terminando os trabalhos em dezembro de 2011. A minuta foi pautada na 1ª CT Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, em 08 e 09/02/12, e nas oito reuniões posteriores, sendo aprovada na reunião de 14 e 15/03/13 e na 6ª Reunião da CT Assuntos Jurídicos, em 17 e 18/04/13. Incluída na pauta da 110ª RO, houve pedido de vistas das seguintes entidades: CNI, PROAM, PLANETA VERDE, MAPA e MMA.

Relatores: Pareceristas.

Matéria sobrestada, nos termos do art. 20 do Regimento Interno do CONAMA.

7.2. Processo nº [02000.002038/2013-75](#) – Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, sobre licenciamento ambiental da aquicultura.

Proponente: MPA e MMA.

Procedência: 7ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Data: 19/08/13.

Tramitação: matéria admitida pelo 4º CIPAM, em 30/07/13, tramitou pela 5ª CTCA, em 06/08/13, onde obteve aprovação por consenso. Pautada na 7ª CTAJ, em 19/08/13, foi também aprovada e encaminhada à Plenária.

Relatores: MPA e MMA.

Matéria aprovada.

7.3. Processo nº [02000.001814/2013-10](#) – Proposta de revisão do prazo para obtenção dos Valores de Referência de Qualidade-VRQs do solo – Resolução Conama nº 420 /2009.

Proponente: MMA.

Procedência: 7ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Data: 19/08/13.

Tramitação: matéria admitida pelo 4º CIPAM, em 30/07/13, tramitou pela 2ª RE da CTQAGR, em 12/08/13, onde foi aprovada com emendas e pela 7ª CTAJ, em 19/08/13, tendo sido também aprovada e encaminhada à Plenária.

Relator: MMA.

Os representantes do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, do PROAM e do Ministério do Meio Ambiente requereram vista da matéria.

RECOMENDAÇÃO

7.4. Processo nº [02000.001430/2013-05](#) – Proposta de Recomendação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.

Proponente: Ministério das Cidades.

Procedência: 7ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Data: 19/08/13.

Tramitação: Durante a 110ª Reunião Ordinária do Conama, em 22/05/2013, o Conselheiro do Ministério das Cidades requereu a apreciação do CONAMA ao Plano Nacional de Saneamento Básico, em caráter de urgência. A matéria foi pautada na 10ª Reunião da CT de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, em 20/06/13, onde foi aprovada com emendas, e na 7ª CTAJ, em 19/08/13, ocasião em que também foi aprovada com emendas e encaminhada à Plenária.

Relator: Ministério das Cidades.

Matéria aprovada.

MOÇÕES

7.5. Processo [nº 02000.002185/2012-64](#) – Proposta de moção complementar à Resolução nº 454/2012, que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material dragado em águas sob jurisdição nacional.

Proponente: Confederação Nacional dos Transportes – CNT.

Procedência: 5ª Câmara Técnica de Controle Ambiental. Data: 06/08/13.

Tramitação: Matéria pautada na 4ª CTCA (23/04/13) e sobrestada por deliberação dos membros da CT, a pedido da proponente. Por deliberação da 5ª CTCA, foi transformada em moção.

Relator: CNT.

A proponente retirou a proposta de moção e acatou a sugestão do Secretário-Executivo quanto à realização de reunião entre o Secretário da SRHU Ney Maranhão, o Presidente do Ibama e a CNT, a ser organizada pelo DCONAMA.

7.6. Processo [nº 02000.002193/2013-91](#) – Proposta de moção sobre inclusão da bacia do Rio Parnaíba em um plano de revitalização.

Proponente: FUNPAPI.

Relator: FUNPAPI.

Moção aprovada com emendas ao texto.

7.7. Processo [nº 02000.002368/2013-61](#) - Proposta de Moção ao Ministério da Justiça e outros para que sejam tomadas providências hábeis a coibir e punir os atos de violência cometidos contra ambientalistas.

Proponente: Sócios da Natureza.

Relator: Sócios da Natureza.

Moção aprovada com emendas ao texto.

8. Informes

8.1. Informe do MMA sobre a participação dos Conselheiros na IV Conferência Nacional do Meio Ambiente-CNMA e informações gerais sobre as Conferências Estaduais.

A Sra. Ana Carla do MMA fez apresentação sobre a Conferência que pode ser acessada [aqui](#). Solicitou que os Conselheiros indiquem ao DConama, até o dia 13 de setembro, os delegados que representarão as entidades na Conferência.

8.2. Informe do Comando do Exército – Comemoração do Dia do Soldado (a confirmar).

Coronel Paulo do Amaral apresentou filme e power point que podem ser acessados [aqui](#).

8.3. Informe do ICMBio sobre o sistema do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas - CANIE, previsto na Resolução CONAMA nº 347/2004.

Jocy Brandão Cruz, Coordenador do Centro Pesquisa e Conservação de Cavernas do ICMBio fez apresentação que pode ser acessada [aqui](#).

9. Encerramento